

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS



Sucesso subnacional:

LIÇÕES DE JURISDIÇÕES DE
FLORESTAS TROPICAIS



Dezembro 2024

Foto da capa

© IDH Indonesia.

O PNUD

O PNUD é a principal organização da ONU que trabalha para acabar com a injustiça da pobreza, da desigualdade e das mudanças climáticas. Trabalhando com uma ampla rede de especialistas e parceiros em 170 países, ajudamos as nações a criar soluções integradas e duradouras para as pessoas e o planeta. Você pode saber mais em undp.org ou siga-nos em [@UNDP](https://www.instagram.com/undp)

Sobre o Climate Promise do PNUD

A iniciativa [Climate Promise](http://climatepromise.undp.org) do PNUD é o maior portfólio do sistema da ONU, trabalhando com mais de 140 países e territórios e beneficiando diretamente 37 milhões de pessoas. Esse portfólio implementa mais de US\$ 2,3 bilhões em doações e aproveita a experiência do PNUD em adaptação, mitigação, mercados de carbono, clima e florestas e estratégias climáticas. Visite nosso site em climatepromise.undp.org e siga-nos em [@UNDPClimate](https://www.instagram.com/undpclimate).

Sobre esta publicação

Este relatório foi preparado pela Equipe de Clima e Florestas do PNUD com financiamento do Governo da Noruega. Somos gratos à Força-Tarefa do GCF por suas revisões atenciosas das versões anteriores, em especial à Secretaria da Força-Tarefa do GCF e aos Diretores Nacionais.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente as das Nações Unidas, em particular do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Copyright ©UNDP 2024.

Todos os direitos reservados. One United Nations Plaza, New York, NY, 10017, U.S.A.



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative



Norad

Resumo executivo	1
Introdução	4
Impacto do Norway Pledge	7
Superação de desafios	17
Lições aprendidas	21
Modelo de colaboração entre ONGs e estados	30
Oito fatores de sucesso para ter impacto	31
O caminho a seguir	32
Anexo I: Quadro de Impacto	33
Anexo II: Planos, Estratégias e Regulamentos REDD+/LED	35
Anexo III: Subsídios para a Fase de Preparação	43
Anexo IV: Subsídios da Fase de Implementação	48

Quando se trata de ação climática, as iniciativas de apoio aos governos subnacionais têm recebido muito menos atenção do que aquelas em nível nacional. No entanto, é no nível subnacional que as decisões sobre florestas e uso da terra são frequentemente tomadas e em uma escala mais próxima das comunidades que vivem nas florestas e dependem delas, especialmente os povos Indígenas. Quando bem executadas, as ações nesse nível podem ter um impacto significativo no local. Os governos subnacionais podem incubar e inovar abordagens, testando novas ideias para lidar com os fatores de desmatamento e degradação florestal. As ações climáticas subnacionais (e eventuais reduções de emissões) podem alimentar um processo em nível nacional que, em última análise, contribui para as metas climáticas nacionais, incluindo as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Os resultados da avaliação do compromisso do Governo da Noruega com a Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (Força-Tarefa do GCF) demonstram como, com as condições certas, o financiamento direcionado para iniciativas em nível subnacional pode ter um impacto enorme.

Oito fatores de sucesso para ter impacto

A análise final das fases de preparação e implementação do financiamento da Força-Tarefa do GCF constatou que as jurisdições que obtiveram o maior impacto apresentaram muitos ou todos os fatores de sucesso a seguir:

01

Parcerias complementares entre a sociedade civil e a administração pública

02

Foco na compreensão dos fatores específicos de desmatamento e degradação florestal em nível subnacional

03

Construção sobre uma base de políticas e programas estabelecidos para reduzir o desmatamento e a degradação florestal

04

Desenvolvimento de uma estrutura em nível estadual antes de promover projetos de carbono florestal

05

Forte envolvimento do governador do estado na agenda climática e florestal, incluindo a participação pessoal nas ações globais da Força-Tarefa do GCF

06

Diálogo intersetorial e colaboração entre secretarias estaduais e agências de desenvolvimento regional

07

Envolvimento de secretários de estado e funcionários públicos na experimentação e inovação por meio de REDD+/LED

08

Envolvimento com níveis mais baixos de governo jurisdicional, incluindo municípios e distritos

Estratégias jurisdicionais e planos de investimento

Na reunião anual da Força-Tarefa do GCF de 2015 em Barcelona, na Espanha, o governo da Noruega prometeu US\$ 24 milhões para apoiar as jurisdições membros a conservar e restaurar as florestas, o que ficou conhecido como "Norway Pledge". O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi então selecionado pela Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e as Florestas (NICFI) para administrar esses fundos em toda a rede da Força-Tarefa do GCF de 2018 a 2023 por meio de duas parcelas:

- Uma "**fase de preparação**" inicial focada no desenvolvimento de estratégias de REDD+/LED e planos de investimento nos 35 membros tropicais da Força-Tarefa do GCF membros da jurisdição tropical em 2018; e
- Uma "**fase de implementação**" subsequente, com subsídios do Innovation Fund concedidos a um subconjunto de jurisdições que passaram pela fase de preparação e apresentaram propostas especialmente convincentes, exclusivas e focadas em resultados.



Photo: IDH Indonesia

Quando esse financiamento chegou ao fim, 31 estados e províncias haviam progredido no desenvolvimento de uma nova estratégia de REDD+ e LED ou haviam atualizado sua estratégia existente. Dezoito jurisdições também desenvolveram um plano de investimento com custo e prazo para financiar suas ações de REDD+/LED. Muitas jurisdições deram passos importantes na criação de sistemas jurisdicionais de REDD+, como a elaboração de novas leis e regulamentações sobre REDD+ e clima, o estabelecimento e a revitalização de fóruns de partes interessadas e o desenvolvimento de estruturas de salvaguardas. Trinta das 35 jurisdições, ou 86 por cento, usaram essas estratégias para alavancar financiamento adicional (Anexo I).

Este relatório baseia-se em uma avaliação final e independente do desempenho das jurisdições do Norway Pledge e da Força-Tarefa do GCF. Ele detalha o impacto dessas intervenções, juntamente com as boas práticas e as lições aprendidas, e fornece conclusões sobre o caminho a seguir para apoiar os esforços das jurisdições subnacionais para reduzir o desmatamento e a degradação florestal, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento de baixas emissões que beneficia as populações que vivem nesses estados e províncias.

PRINCIPAIS MENSAGENS



Os doadores devem fornecer investimento estratégico para os programas de desenvolvimento de baixas emissões das jurisdições subnacionais. Esse investimento precisa ser de longo prazo, realista, diversificado o suficiente para financiar várias intervenções, ágil e responsivo às necessidades do estado e baseado nas melhores práticas e nas lições aprendidas.



O modelo de colaboração entre o Estado e as ONGs, testado nas 35 jurisdições de florestas tropicais no âmbito do Norway Pledge, deve ser replicado em intervenções futuras, com atenção aos fatores de sucesso que levaram a relacionamentos duradouros e mutuamente benéficos.



É fundamental que haja fortes vínculos com os processos nacionais de REDD+/LED e o apoio de parceiros nacionais de maior capacidade (governamentais e não governamentais).



Como a rotatividade administrativa é uma ocorrência regular em nível jurisdicional, é fundamental que os novos governadores e administrações sejam alvo de investimentos estratégicos para garantir que os ganhos obtidos por seus antecessores sejam sustentados. Entre 2023 e 2024, quase metade das jurisdições da Força-Tarefa do GCF mudou de líder: 20 novos governadores foram eleitos, trazendo novas lideranças jurisdicionais no mais alto nível, bem como seus principais indicados políticos (Secretários do Meio Ambiente, por exemplo).



O trabalho do Secretariado da Força-Tarefa do GCF e dos Diretores Nacionais foi fundamental para reforçar e enriquecer o trabalho das jurisdições, assim como o apoio do PNUD, especialmente por meio da coordenação em nível nacional para compartilhar conhecimentos, alavancar o apoio político, conectar-se com os atores nacionais e coordenar as jurisdições para que atuem coletivamente.



O Secretariado da Força-Tarefa do GCF e os Diretores Nacionais precisam de financiamento sustentado de longo prazo para manter e expandir o trabalho exclusivo da rede.



A rede da Força-Tarefa do GCF deve ser direcionada para novas pesquisas sobre os impactos quantitativos e qualitativos do REDD+ jurisdicional (JREDD) e da abordagem jurisdicional, com a divulgação dos resultados para aumentar a conscientização sobre as histórias de sucesso e alavancar o financiamento para manter as ações subnacionais.

Introdução

Força-tarefa do GCF: Uma iniciativa única

Lançada em 2009, a Força-Tarefa do GCF é uma colaboração subnacional única de 43 estados e províncias de 11 países que trabalham para criar programas robustos em toda a jurisdição para REDD+ e desenvolvimento de baixas emissões e para conectar esses programas com financiamento público e privado. Mais de um terço das florestas tropicais do mundo estão nos estados e províncias membros da Força-Tarefa do GCF, incluindo toda a Amazônia brasileira, a grande maioria das florestas do Peru e mais de 60 por cento das florestas tropicais da Indonésia e do México.

A Força-Tarefa do GCF opera tanto em nível político quanto técnico: ela busca aproveitar e apoiar a liderança política de governadores comprometidos com a luta contra as mudanças climáticas e o desmatamento, ao mesmo tempo em que capacita os funcionários públicos e seus parceiros da sociedade civil, que são tão essenciais no esforço diário para criar e manter programas jurisdicionais bem-sucedidos. Ao fortalecer e aprimorar as redes múltiplas e sobrepostas de atores envolvidos na construção de programas estaduais e provinciais para o desenvolvimento de baixas emissões, a Força-Tarefa do GCF desempenha um papel vital no esforço internacional mais amplo para proteger as florestas, reduzir as emissões e melhorar os meios de subsistência. Os Diretores Nacionais da Força-Tarefa do GCF desempenham um papel fundamental na convocação de diálogos e na promoção de ações intersetoriais para reduzir o desmatamento e a degradação florestal e melhorar o desenvolvimento econômico sustentável e as oportunidades de subsistência.

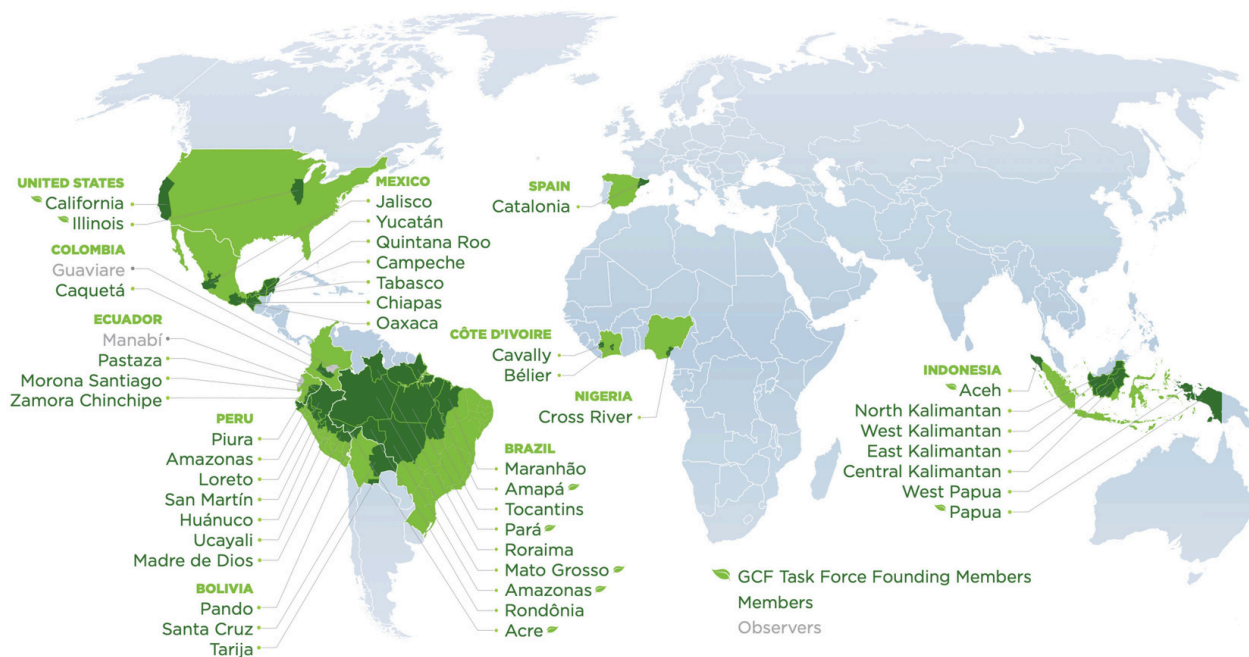


Gráfico 1: Os 43 membros jurisdicionais da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (2024)

A abordagem do Norway Pledge

Em 2015, o Governo da Noruega, por meio do NICFI, comprometeu-se a doar US\$ 24 milhões à Força-Tarefa do GCF para apoiar os esforços das jurisdições subnacionais no combate às mudanças climáticas, reduzir a perda e a degradação florestal e melhorar os meios de subsistência. De 2018 a 2023, o Norway Pledge foi gerenciado pelo PNUD em estreita colaboração com o Secretariado da Força-Tarefa do GCF e os Diretores Nacionais.

O Norway Pledge foi entregue em duas parcelas. Uma **fase inicial de preparação** focada no desenvolvimento de estratégias de REDD+ e LED e planos de investimento, e uma **fase de implementação** subsequente em que os subsídios do Fundo de Inovação foram concedidos em uma base competitiva a um subconjunto de jurisdições. A teoria de mudança da Força-Tarefa do GCF parte da premissa de que os principais desafios enfrentados pelos esforços para proteger as florestas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa em escala são a fragmentação política e legal em vários níveis de governança, incentivos e apoio limitados para que os líderes políticos e funcionários públicos se concentrem no uso sustentável das florestas e da terra e a falta de capacidade institucional. É no nível subnacional que são elaboradas e implementadas muitas políticas relevantes e medidas de baixo para cima para lidar com os fatores de desmatamento e degradação florestal. A justificativa é que os governos, especialmente os subnacionais, são os únicos atores que podem tomar decisões políticas e legais importantes (e fornecer incentivos) para lidar com os fatores de desmatamento. Isso inclui a aplicação da lei nos casos em que o desmatamento é ilegal, o reconhecimento dos direitos dos povos Indígenas aos territórios, o gerenciamento de terras florestais estaduais para proteger e restaurar a cobertura de árvores, a regulamentação do setor madeireiro, o ajuste das políticas fiscais domésticas, a eliminação de subsídios perversos e o alinhamento das isenções fiscais.

O pressuposto é que a obtenção de apoio político de alto nível para essa agenda em nível subnacional, o desenvolvimento da capacidade intersetorial do setor público, o fortalecimento das parcerias com a sociedade civil e a alavancagem dos pagamentos baseados em resultados contribuirão para o cumprimento das metas nacionais e internacionais, inclusive as NDCs do Acordo de Paris e as metas nacionais de REDD+. A abordagem jurisdicional para o REDD+ e o desenvolvimento de baixas emissões (consulte o quadro Terminologia) também oferece oportunidades importantes para a experimentação e a inovação de políticas, inclusive parcerias com atores da cadeia de suprimentos, povos indígenas e comunidades tradicionais. A inclusão social e a abordagem de gênero buscam promover uma forte governança florestal subnacional que se envolva de forma transparente e garanta o compartilhamento de benefícios com os povos Indígenas, as comunidades locais e as mulheres.

Vale ressaltar que este relatório não examina minuciosamente a função do Secretariado da Força-Tarefa do GCF e dos Diretores Nacionais, nem avalia suas atividades globais e regionais críticas, pois elas não foram incluídas no Norway Pledge. Entretanto, é feita referência à sua contribuição significativa para os resultados e à necessidade de apoio contínuo para manter e aprimorar seu papel. Este relatório também não cobre o financiamento adicional da Noruega (US\$ 1,8 milhão) para um projeto regional de apoio aos nove estados da região da Amazônia Legal brasileira para que atinjam a conformidade com o Padrão de Excelência Ambiental REDD+ (TREES) da Arquitetura para Transações REDD+ (ART) e acessem o financiamento usando esse padrão, inclusive por meio da Coalizão para Redução de Emissões pela Aceleração do Financiamento Florestal (LEAF). As atividades estão em andamento e os resultados serão incluídos em uma publicação futura.

Redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+)

O REDD+ é um mecanismo que contribui para a mitigação das mudanças climáticas, protegendo e aumentando os estoques de carbono nas florestas tropicais, por meio da criação de estruturas financeiras e institucionais que proporcionam reduções genuínas de emissões e, ao mesmo tempo, beneficiam os meios de subsistência locais e a biodiversidade. Cerca de 50 países têm programas de REDD+ em andamento em vários estágios de desenvolvimento, e mais de 350 projetos de REDD+ foram iniciados até o momento.

REDD+ jurisdicional (JREDD)

O conceito original de REDD+ previa que o mecanismo operaria apenas em nível 'jurisdicional' nacional ou subnacional, conhecido como JREDD. Paralelamente, surgiram projetos de REDD+ baseados em locais que, em geral, cobrem apenas parte de uma jurisdição e são desenvolvidos independentemente dos governos jurisdicionais. O JREDD pode acomodar esses projetos em nível local por meio do 'aninhamento' (REDD+ aninhado), que permite que as jurisdições envolvidas com o Mercado Voluntário de Carbono contabilizem os créditos de carbono já reivindicados em nível de projeto. O PNUD oferece apoio ao JREDD e ao REDD+ aninhado.

O desenvolvimento de baixas emissões (LED)

tem suas raízes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), adotada no Rio de Janeiro em 1992, que adotou o termo "estratégias de desenvolvimento de baixas emissões" (também conhecidas como estratégias de desenvolvimento de baixo carbono ou planos de crescimento de baixo carbono). O conceito geralmente descreve planos ou estratégias nacionais de desenvolvimento econômico voltados para o futuro que englobam o crescimento econômico de baixa emissão e/ou resiliente ao clima. No contexto do Norway Pledge, o conceito foi aplicado ao planejamento do desenvolvimento econômico subnacional (em especial pelos governos regionais do Peru).

A mudança transformadora

é definida pela Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) como uma reorganização fundamental e sistêmica de fatores tecnológicos, econômicos e sociais, incluindo paradigmas, metas e valores, necessária para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, boa qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. Em termos mais simples, mudança transformadora significa fazer as coisas de forma diferente, não apenas um pouco mais ou menos de negócios como de costume, mas envolver-se em mudanças que sejam estratégicas, sistêmicas, alterem as normas e regras sociais, possam ser ampliadas e influenciem outras pessoas por meio do exemplo. A mudança transformadora pode começar de forma pequena, mas tem a intenção de ser generalizada.

Impacto do Norway Pledge

O Norway Pledge foi o primeiro e único programa de financiamento em larga escala até o momento destinado a jurisdições subnacionais. Com US\$ 24 milhões, foi uma doação relativamente modesta em comparação com os US\$ 5,6 bilhões prometidos para REDD+ desde 2008, dos quais cerca de US\$ 3 bilhões foram aprovados para atividades de REDD+.¹ Compreender o impacto desse financiamento direcionado é fundamental para orientar as ações futuras dos doadores, bem como as atividades e abordagens adotadas pelas próprias jurisdições subnacionais.

As jurisdições que receberam o apoio do Norway Pledge acham que ele "superou seu peso" em termos das mudanças criadas e do impacto desse financiamento inicial. Do total de 35 jurisdições que se beneficiaram da fase de preparação do Norway Pledge, 31 jurisdições usaram esses fundos para desenvolver ou atualizar uma estratégia de REDD+/LED; 18 jurisdições desenvolveram um plano de investimento; os esforços em 32 dessas jurisdições tiveram um impacto direto nas leis, políticas e regulamentações; enquanto 30 das 35 jurisdições alavancaram esse processo para garantir financiamento adicional (Gráfico 2).

IMPACTO DO FINANCIAMENTO DA PREPARAÇÃO

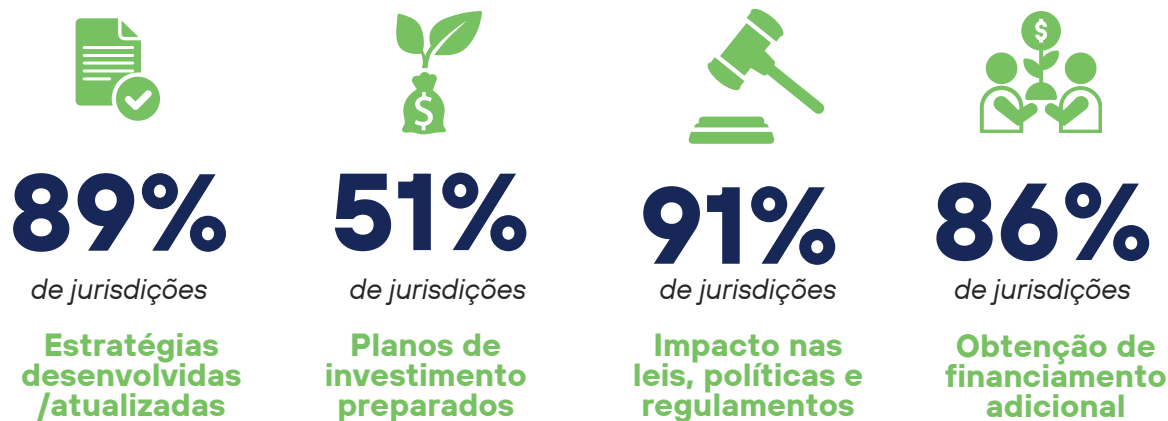


Gráfico 2: Impacto geral da fase de preparação do Norway Pledge em 35 jurisdições

¹ ODI e Heinrich Böll Stiftung Washington, DC (2023), Climate Financing Thematic Briefing: REDD+ Finance, disponível em <https://us.boell.org/sites/default/files/2023-03/cff5-2023-eng-redd.pdf>

Mudança transformadora na preparação jurisdicional

O financiamento de preparação foi fundamental para apoiar os membros da Força-Tarefa do GCF a desenvolver ou atualizar suas ferramentas de planejamento e financiamento de REDD+. Para muitas jurisdições, a obtenção do financiamento de preparação (relativamente modestos US\$400.000 por estado/província/região/departamento) foi uma conquista importante que abordou uma lacuna importante nas respostas estaduais à crise climática e de desmatamento. Além disso, os próprios processos promoveram a coordenação das partes interessadas na jurisdição para discutir questões de desmatamento e degradação florestal, muitas vezes pela primeira vez. Esse financiamento inicial foi usado para estabelecer e/ou influenciar uma série de processos de políticas em nível estadual que ajudaram as jurisdições a planejar e estabelecer "as condições e/ou estruturas corretas" para o investimento, o que, por sua vez, permitiu que muitas jurisdições da Força-Tarefa do GCF tivessem acesso a mais fundos para apoiar suas agendas climáticas e florestais. Para as cinco jurisdições que receberam financiamento para a implementação, isso representou uma oportunidade de aprofundar, ampliar e inovar ainda mais, ao mesmo tempo em que se baseava na fase de preparação.

De modo geral, o Norway Pledge levou a um impacto significativo no planejamento jurisdicional de REDD+/LED. Para muitas jurisdições, foi o primeiro passo para uma mudança transformadora em seu caminho de desenvolvimento.

Essa transformação ficou evidente em várias áreas:

Engajamento político

Globalmente, a Força-Tarefa do GCF tem sido fundamental para introduzir, mobilizar e manter os governadores engajados na agenda climática e florestal, proporcionando reconhecimento global e apoio financeiro aos líderes jurisdicionais envolvidos em ações climáticas genuínas em nível subnacional. O Norway Pledge desempenhou um papel significativo em um pacote de intervenções que trabalhou para garantir e manter esse apoio de alto nível, incluindo fóruns de discussão, reuniões anuais, trabalho em rede com outros estados, capacitação de serviços ambientais estaduais etc. O sinal político da Noruega de que eles valem a pena na abordagem subnacional motivou governadores e funcionários públicos a agir. Na **Amazônia brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins)**, por exemplo, a rede se tornou uma força a ser reconhecida, com o Norway Pledge desempenhando um papel nesse sucesso. Os governos da Amazônia brasileira têm maior influência como um bloco tanto nas negociações nacionais com o governo federal quanto na influência global com doadores e espaços de negociação internacional. No **México**, a doação desempenhou um papel fundamental na manutenção do foco nas questões de desmatamento e degradação florestal em nível subnacional em um momento crítico, quando o governo federal se desligou do processo do Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) e do Emissions Reduction Purchase Agreement (ERPA) do Banco Mundial, que estava quase concluído em nível subnacional.

Processos de múltiplas partes interessadas

Os processos multissetoriais que reúnem uma série de atores relevantes do governo, do setor privado, da sociedade civil, dos povos Indígenas e das comunidades locais são considerados fundamentais para todas as iniciativas de florestas tropicais. Com o apoio do financiamento de preparação, esses fóruns foram particularmente bem-sucedidos quando foram formalmente reconhecidos por meio de estruturas legais ou regulatórias, como o Fórum de Mitigação e Adaptação Climática revitalizado do **Pará**. Mesmo sem apoio formal, vários processos continuaram após a vigência do subsídio. A Mesa Redonda de Restauração Intersetorial de **Oaxaca**, estabelecida durante o subsídio, promoveu discussões intersetoriais genuínas sobre a agenda de REDD+ no estado. Atualmente, a sociedade civil está revitalizando as reuniões desse grupo no contexto de um projeto de desmatamento zero e supressão de incêndios em zona de mescal. Em **Papua Ocidental**, uma nova plataforma de parceiros de desenvolvimento permite que o governo compreenda e monitore melhor as atividades dos parceiros na província. Em escala regional, o Consórcio de Governadores da Amazônia Brasileira surgiu das interações dos governadores e secretários do **Brasil** por meio da Força-Tarefa do GCF. Atualmente, o Grupo de Trabalho de Meio Ambiente e Sociedade do Consórcio (onde os Secretários de Meio Ambiente têm assento) é, sem dúvida, um de seus elementos mais eficazes.

Análise estratégica e conscientização

O subsídio proporcionou uma oportunidade para as jurisdições identificarem e pensarem estrategicamente sobre os problemas em seu setor florestal, analisarem os fatores de desmatamento e degradação florestal e aprofundarem sua compreensão de possíveis soluções especificamente adaptadas ao seu contexto e necessidades locais. Por exemplo, o subsídio deu a **Jalisco** a possibilidade de trabalhar nos principais fatores de desmatamento e degradação florestal no estado, ou seja, produção de gado, agave (ligado à tequila de desmatamento zero) e abacates.



Photo: PNUD Mexico.

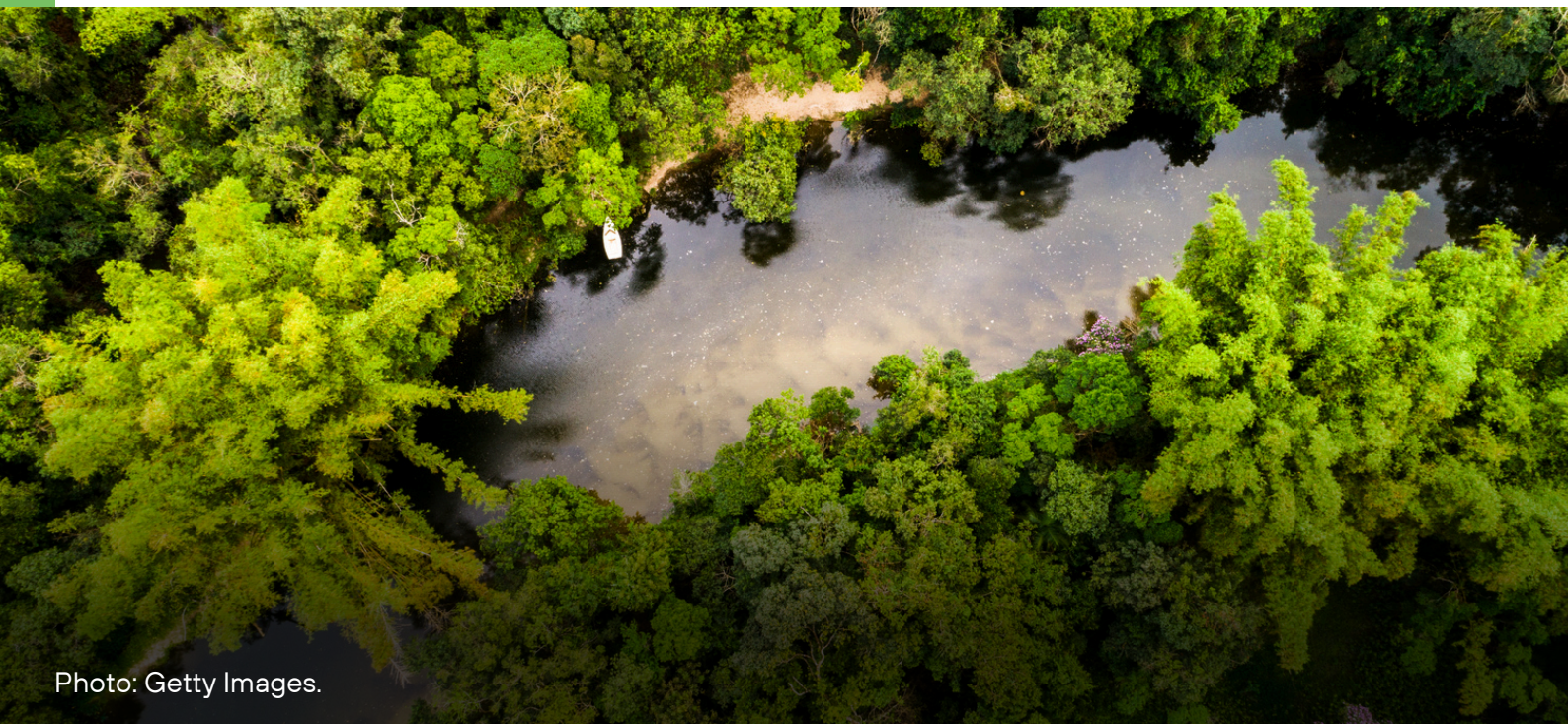


Photo: Getty Images.

Pagamentos baseados em resultados e conformidade com o mercado de carbono

O financiamento foi fundamental para os membros da Força-Tarefa do GCF que progrediram para interagir com o Mercado Voluntário de Carbono (VCM) e abriu o potencial para pagamentos baseados em resultados, pois apoiou as jurisdições a colocar em prática os pré-requisitos em termos de salvaguardas ambientais e sociais, políticas e processos institucionais. Paralelamente, o PNUD apoiou o estado de **Yucatán** no desenvolvimento de uma estratégia de acesso ao VCM com o apoio do Climate Focus, o Diretor Nacional da Força-Tarefa do GCF no México, a Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade (BioFin) e a Iniciativa de Integridade dos Mercados Voluntários de Carbono (VCMi). Os mecanismos eficazes de compartilhamento regional da Força-Tarefa do GCF também ajudaram a garantir que outros estados se beneficiassem dessas lições, como **Quintana Roo**, onde o VCM está se desenvolvendo rapidamente. Na Indonésia, várias províncias, incluindo **Kalimantan Oriental, Papua Ocidental e Aceh**, se envolveram com o Fundo Ambiental da Indonésia (BPD LH) para entender as opções de pagamentos baseados em resultados, com base no trabalho de preparação (estratégias, planos de investimento, sistemas de salvaguardas aprimorados, maior capacidade etc.). **Kalimantan Oriental** recebeu seu primeiro pagamento do FCPF (US\$ 20,9 milhões) em 2022 e creditou ao financiamento de preparação da Força-Tarefa do GCF as melhorias em seu programa do Fundo de Carbono do FCPF, especialmente a inclusão de áreas de alto valor de conservação e manguezais. O financiamento de preparação também pode ser creditado por ter levado o JREDD ao nível avançado em que se encontra na Amazônia Legal no Brasil. O **Acre** tornou-se o primeiro estado a assinar um Termo de Compromisso com a Emergent para a venda de reduções de emissões de alta integridade para a Coalizão LEAF, enquanto o **Tocantins** assinou um acordo com a Mercuria para a venda de créditos de alta integridade, também em conformidade com o ART/TREES. **Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Jalisco e Quintana Roo** também enviaram notas conceituais para o Registro ART, com base em parte no apoio do fundo de preparação.

Efeito multiplicador

O subsídio criou um efeito multiplicador de várias maneiras, principalmente por meio da alavancagem de fundos adicionais de programas internacionais, como o Fundo Verde para o Clima, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o UK Pact. Seis membros mexicanos da Força-Tarefa do GCF receberam US\$1,55 milhão do UK Pact para trabalhar em elementos de produção sustentável de seus planos de implementação de REDD+ (**Chiapas, Campeche, Jalisco, Quintana Roo, Yucatán e Tabasco**). Os membros da Força-Tarefa do GCF da Amazônia peruana (**Amazonas, San Martín, Huánuco, Ucayali, Madre de Dios, Loreto**) também receberam financiamento do UK Pact para finalizar suas estratégias de LED e desenvolver a capacidade regional de implementação. **Kalimantan Central** recebeu fundos do governo britânico por meio do programa Kehati para continuar o mapeamento de pequenos produtores de óleo de palma iniciado com fundos de preparação para obter a certificação RSPO (Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável). **Oaxaca** garantiu US\$4,5 milhões em financiamento do GEF-7 para apoiar a restauração florestal na cadeia de suprimentos de agave-mescal. Também foram obtidos fundos de governos centrais, como as Transferências Fiscais Ecológicas para províncias da Indonésia (como **Kalimantan do Norte**) e os US\$1,2 milhão do Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) para programas de restauração na província equatoriana de **Pastaza**. Juntamente com as províncias vizinhas, Morona Santiago e Zamora Chinchipe, Pastaza alavancou aproximadamente US\$2 milhões, em parte do Governo da Noruega, bem como US\$12 milhões da USAID para trabalhar na governança subnacional das reservas provinciais, no desenvolvimento da bioeconomia e no monitoramento. A experiência de Kalimantan Ocidental com financiamento de preparação e implementação apoiou diretamente o desenvolvimento de uma proposta da província para o Fundo Verde para o Clima.



Photo: IDH Indonesia



Photo: IDH Indonesia

Gênero

A forte ênfase prática do PNUD na integração de abordagens de gênero e inclusão social nos fundos de preparação, paralelamente ao trabalho de convocação internacional da Secretaria da Força-Tarefa do GCF, foi nova e inovadora para muitas jurisdições. Tanto em **Kalimantan Oriental** quanto em **Kalimantan Ocidental**, as províncias testaram ferramentas de gênero do Programa UN-REDD para acompanhar a participação equitativa e ativa das mulheres nas atividades do projeto e a influência de suas contribuições nos processos de tomada de decisão. Em **Yucatán**, um dos objetivos da fase de implementação era "aumentar e incentivar a transferência de propriedade ejidal [comunitária] para mulheres e jovens a fim de fortalecer sua participação no setor agropecuário e florestal". Um total de 291 pessoas em 26 comunidades ejido foram avaliadas (199 homens; 92 mulheres) e 83 transferências foram apoiadas, incluindo 21 para mulheres e jovens. Em **Jalisco**, o projeto incluiu uma série de medidas para integrar uma abordagem de gênero no setor pecuário, tradicionalmente dominado por homens. Essas medidas incluíram a identificação de unidades de produção chefiadas por mulheres e de mulheres produtoras de gado, a garantia de que as reuniões e os treinamentos fossem realizados em horários apropriados para as mulheres (por exemplo, para levar em conta as obrigações domésticas e comunitárias e o cuidado com os filhos) e a reserva de uma porcentagem dos fundos estaduais para o reflorestamento de sistemas silvipastoris para o acesso das mulheres. O Plano de Bioeconomia do Pará (apoiado pelo financiamento de implementação) demonstra como as ações sensíveis ao gênero podem ser instituídas por meio de leis e regulamentos, já que o plano inclui o reconhecimento claro das mulheres e a necessidade específica de tratar as mulheres como um grupo prioritário, incluindo aquelas de comunidades tradicionais, quilombolas, extrativistas, comunidades ribeirinhas e famílias rurais. Dada a amplitude e a profundidade com que o gênero foi integrado ao Norway Pledge, uma análise mais focada nos resultados baseados em gênero e nas boas práticas para abordagens sensíveis ao gênero foi publicado em "Gender Front & Centre: Melhores práticas da Força-Tarefa do GCF".

Inclusão social

Muitas jurisdições usaram o financiamento de preparação e implementação para desenvolver a capacidade de salvaguardas sociais e ambientais e inclusão social, com o apoio do PNUD. Em **Kalimantan do Norte**, o governo trabalhou em abordagens de salvaguardas pela primeira vez; em **Pastaza**, a fase de preparação construiu as relações e os acordos para uma colaboração com as sete Nacionalidades Indígenas do território, enquanto os fundos de implementação apoiaram os processos de consentimento livre, prévio e informado (CLPI). Em toda a rede da Força-Tarefa do GCF, as jurisdições receberam apoio para incorporar indicadores de inclusão social no projeto do programa e para monitorar regularmente os resultados.

Inovação

Muitas jurisdições consideraram a abordagem do Norway Pledge inovadora e a rede da Força-Tarefa do GCF empolgante. Vários membros da Força-Tarefa do GCF, incluindo **Pastaza**, **Caquetá** e **Papua**, foram pioneiros em nível nacional e fazem referência às suas estratégias regularmente, considerando-as com orgulho como a base de sua abordagem jurisdicional às florestas e às mudanças climáticas. Consulte os estudos de caso neste relatório para obter detalhes.



Photo: PNUD Indonesia / Roy Prasetyo



ESTUDO DE CASO: ACEH

Aceh foi um dos dez membros fundadores da Força-Tarefa do GCF (juntamente com a província indonésia de **Papua**).

O financiamento de preparação permitiu que o governo de **Aceh** desenvolvesse uma estratégia provincial de desenvolvimento integrado de baixas emissões. O conceito era reunir estratégias de desenvolvimento setorial em um único documento, de modo que cada setor pudesse desenvolver ações relevantes de mitigação de emissões. O processo foi liderado pelo Conselho de Planejamento de Desenvolvimento Regional e pelos Serviços de Recursos Naturais e Florestais da província, com a participação direta do governador da província, o envolvimento do setor privado e o apoio da ONG Fauna & Flora International, parceira de conservação florestal. A integração ajudou a integrar as prioridades climáticas em todos os setores e concentrou a atenção na proteção florestal, na restauração florestal e no desenvolvimento de baixas emissões. Como disse um funcionário: "A estratégia, por si só, não é um antibiótico; ela é um gatilho para planejarmos algumas grandes ações".



ESTUDO DE CASO: PASTAZA

Em **Pastaza**, a parceria inovadora entre o governo e as 7 Nacionalidades Indígenas (cujos territórios compreendem 93 por cento da província) apoiou a implementação de uma estratégia de implementação de REDD+ liderada por Indígenas, a primeira estratégia em nível provincial no Equador.

A abordagem foi transformadora em termos da propriedade que proporcionou ao governo provincial, às Nacionalidades Indígenas e às ONGs parceiras que agora formam o Grupo Técnico e de Cooperação Provincial. Apresentou um modelo de governança e financiamento colaborativos para o JREDD em todo o território, bem como para a implementação do programa nacional de REDD+ em nível provincial, com o apoio do governo nacional e do PNUD-ProAmazônia. A avaliação final constatou que um impacto significativo do projeto foi o reconhecimento formal dos povos Indígenas nos processos de planejamento provincial, por meio da criação de espaços específicos para REDD+, como os grupos de trabalho técnicos. Isso aproxima os povos Indígenas da política e da tomada de decisões que afetam diretamente a conservação e o manejo florestal em seu território. Isso agora está servindo de modelo para outras províncias do Equador.



ESTUDO DE CASO: PERU

Resultados importantes foram alcançados nos seis membros da Força-Tarefa do GCF na Amazônia peruana (**Amazonas, Loreto, San Martín, Huánuco, Ucayali e Madre de Dios**) apesar dos desafios significativos durante a pandemia da COVID-19.

O Norway Pledge apoiou as províncias no desenvolvimento de estratégias de LED e promoveu sua aprovação em nível regional. Desde o encerramento da concessão do Norway Pledge, a Força-Tarefa do GCF consolidou essas conquistas por meio de:

- ✓ **A aprovação de todas as estratégias regionais de LED.** O apoio consistente e o lobby da sociedade civil ajudaram a reduzir o risco de que as estratégias fossem retiradas da agenda política. Todas as estratégias agora são aprovadas em nível regional, mas ainda não são instrumentos de planejamento reconhecidos nacionalmente.
- ✓ **A formalização da Mancomunidad Regional Amazónica,** que é reconhecida nacionalmente e serve como um bloco regional dos seis membros amazônicos da Força-Tarefa do GCF e uma plataforma para seus governadores regionais. Esse grupo trabalha em estreita colaboração com a Força-Tarefa do GCF em temas de interesse comum, como o desenvolvimento da bioeconomia, e se envolve na defesa de políticas florestais e de uso da terra em nível nacional.
- ✓ **Coordenação regular pelo Diretor Nacional da Força-Tarefa do GCF com o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal, grupos da sociedade civil, organizações indígenas e um fórum de sustentabilidade que reúne o setor público e o agronegócio do setor privado.** A função do Diretor Nacional da Força-Tarefa do GCF é, em grande parte, facilitar os intercâmbios, eventos e treinamentos subnacionais e o envolvimento com a Mancomunidad.

✓ **Com o apoio da Força-Tarefa do GCF, as seis regiões garantiram o financiamento do UK Pact para um projeto que apoiou a implementação das estratégias de LED,** formulou uma estratégia de LED para a Mancomunidade e analisou o potencial econômico e a estrutura legal do mercado de carbono na Amazônia peruana.

✓ **Os seis membros da Amazônia se engajaram com as federações nacionais de povos Indígenas,** como a AIDSESEP e a CONAP, para alcançar as organizações regionais de povos Indígenas. Apesar da COVID-19, que teve impactos graves sobre as comunidades Indígenas no Peru, esses processos foram bem-sucedidos ao envolver um grande número de funcionários públicos regionais, bem como os povos Indígenas e as comunidades locais.

Um desafio significativo no Peru é manter o ímpeto político, com uma rotatividade de até 95 por cento de funcionários públicos entre as administrações de quatro anos (os governadores só podem cumprir um mandato de quatro anos). Além disso, as acusações de corrupção política e as ligações entre política, drogas e desmatamento levaram a uma forte dependência de ONGs para dar continuidade aos programas florestais.

O quadro geral no Peru é que as estratégias de LED desenvolvidas por meio do Norway Pledge estão começando a ser implementadas, mas a obtenção de condições favoráveis para as pessoas e intervenções positivas para o clima é dificultada por poderosas forças políticas e econômicas ligadas ao desmatamento e à degradação florestal, tanto em nível subnacional quanto nacional.

Superação de desafios

A abordagem do JREDD ainda enfrenta desafios específicos, incluindo a rotatividade política, a capacidade limitada do setor público e a falta de apoio mais amplo e de incentivos externos, o que pode dificultar o tipo de atenção sustentada e de longo prazo que essas iniciativas exigem para serem bem-sucedidas. Esses desafios são ainda mais notáveis em nível subnacional. A mitigação desses problemas durante o Norway Pledge contou com:

- Engajamento paralelo da Secretaria da Força-Tarefa do GCF e dos Diretores Nacionais com os governadores de estado para manter o apoio político de alto nível.
- Aumentar o capital humano da rede da Força-Tarefa do GCF, especialmente por meio de um envolvimento próximo com governadores, secretários de meio ambiente, funcionários públicos estaduais e parceiros da sociedade civil pelo PNUD, pelo Secretariado da Força-Tarefa do GCF e pelos Diretores Nacionais da Força-Tarefa do GCF para obter apoio para o JREDD, bem como para desenvolver a capacidade e a rede de contatos.
- Promover processos fortes e de baixo para cima com os povos Indígenas e as comunidades locais em nível jurisdicional, paralelamente aos processos separados globais e regionais dos povos Indígenas e das comunidades locais liderados pelo Secretariado da Força-Tarefa do GCF e pelos parceiros da sociedade civil. Muitas jurisdições também se envolveram diretamente com as autoridades locais em nível distrital/municipal, preparando o terreno para colaborações durante a fase de implementação.
- Vincular-se efetivamente a iniciativas complementares, incluindo iniciativas da cadeia de suprimentos, estratégias em nível nacional e outros programas de doadores, como o Programa de Investimento Florestal do Banco Mundial no México (no qual cinco membros da Força-Tarefa do GCF já estavam ativos quando o Norway Pledge foi feito).



Photo: Getty Images.



ESTUDO DE CASO: JALISCO

A pecuária extensiva, praticada em mais da metade do território do estado, é uma das principais causas de desmatamento e degradação em **Jalisco**, com 450.000 ha de floresta convertidos em pastagens e outros 270.000 ha de floresta convertidos em agricultura nos 20 anos entre 1993 e 2013.²

Em **Jalisco**, a fase de implementação foi uma colaboração entre a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMADET), a ONG mexicana FONNOR e cinco Juntas Intermunicipais de Meio Ambiente.

O projeto incentivou até 12.700 ha de sistemas silvo-pastoris intensivos combinados com comercialização e certificação de carne livre de desmatamento entre pequenos produtores, que foram identificados pelo censo detalhado do projeto e tiveram acesso a treinamento e financiamento por meio do projeto.

O projeto baseou-se diretamente em trabalhos anteriores na jurisdição, incluindo o bem-sucedido modelo de treinamento Escuelas de Campo (ECA - Escolas de Campo) desenvolvido internacionalmente pela FAO. As ECA foram fundamentais para o sucesso do projeto piloto do Norway Pledge, oferecendo 42 sessões de treinamento para quase 3.000 produtores, um aumento substancial em relação às metas do projeto, dos quais quase 750 (25 por cento) eram mulheres, 13 por cento jovens e 5 por cento povos Indígenas. A avaliação do projeto observou que os produtores agora pensam de forma diferente sobre a produção de gado, têm animais mais saudáveis com mais grama em suas áreas de pastagem, melhor ganho de peso e produção de leite, e o gado requer menos insumos e tratamento veterinário. O tempo dirá se o estabelecimento de árvores nos *potreros* será adotado e contribuirá para a restauração da floresta.

Os principais fatores de sucesso em Jalisco incluem:

- ✓ O reconhecimento pela SEMADET e pelos parceiros de que o gado é um fator de desmatamento,
- ✓ A continuidade da governança ao longo de duas administrações sucessivas para possibilitar a ação, combinada com o aumento das capacidades do governo estadual;
- ✓ Acordos de colaboração com agentes municipais para se envolver diretamente com os produtores.

² Consejo Regulador del Tequila (2023), "Estrategia de sostenibilidad y la vulnerabilidad de la denominación de origen del Tequila ante el cambio climático".



ESTUDO DE CASO: PARÁ

Para o **Pará**, o financiamento de preparação proporcionou uma fase de aprendizado e planejamento participativo que levou naturalmente a uma fase de implementação e normativa. Isso reflete a evolução do engajamento do governador do Pará, de seu primeiro para seu segundo mandato, resultando em sua liderança na agenda climática e florestal e levando ao reconhecimento global com a escolha do Brasil para sediar a Conferência das Partes da UNFCCC COP30 em Belém em 2025.

O principal momento dessa evolução foi o lançamento, apoiado pelo Norway Pledge, do [Plano Estadual Amazônia Agora](#) em 2020, que se alinha estreitamente com as prioridades federais, fornecendo uma estrutura sólida para ações climáticas e florestais no estado.

Na COP28, em 2023, o **Pará** deu continuidade ao ambicioso [Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará](#), que visa restaurar 5,6 milhões de hectares de áreas degradadas até 2030 por meio de regeneração natural assistida e plantio de enriquecimento. Esses planos estão vinculados a outras políticas climáticas do estado, como o [Plano de Bioeconomia](#) apoiado pelo Norway Pledge e a [Política Estadual de Mudanças Climáticas](#).

Com o financiamento do Norway Pledge, o Pará se baseou nessa estrutura para desenvolver uma visão de um território neutro em carbono, implementado com a The Nature Conservancy (TNC), por meio da rastreabilidade do gado, do potencial da bioeconomia e da restauração florestal. O projeto incluiu um Sistema de Inteligência Territorial, agora operacional, para identificar oportunidades em diferentes partes do estado, e o fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural. A abordagem ainda era estadual e se baseava em projetos subestaduais, como o trabalho de longa data sobre açaí e cacau com a TNC no município de São Félix do Xingú, no sul do Pará, onde um sistema de rastreabilidade de gado também está sendo testado. A fase de preparação já havia trabalhado para consolidar parcerias público-privadas em um protocolo voluntário para pecuaristas e indústrias frigoríficas, que incluía centenas de grandes e pequenas empresas.

A iniciativa resultou em um maior envolvimento do estado com as questões de salvaguardas e progrediu da consulta para a promoção da apropriação do REDD+ e do LED entre uma gama mais ampla de partes interessadas, com discussões, documentação e monitoramento de questões raciais, de juventude, de gênero e do papel dos povos Indígenas e das comunidades tradicionais. Isso incluiu o mapeamento de políticas públicas com esses setores em mente e, em 2023, o estado criou secretarias específicas para esses temas (inclusive para Povos Indígenas, Mulheres, Igualdade Racial e Agricultura Familiar) que incluíram questões climáticas em suas atribuições.

O Pará também está recebendo apoio adicional como parte do financiamento da Amazônia Legal para se envolver em mercados de carbono de alta integridade, enquanto o NICFI está apoiando separadamente a TNC para desenvolver a capacidade técnica do estado para buscar o mercado voluntário de carbono e melhorar o envolvimento com os povos Indígenas e as comunidades tradicionais.

Lições aprendidas

Com os desafios e as conquistas das iniciativas financiadas pelo Norway Pledge, surgiram várias lições importantes:

01 — Há uma necessidade de apoio direcionado e consistente à capacitação de funcionários públicos e instituições em jurisdições subnacionais.

Muitos governos subnacionais estão constantemente com falta de pessoal e de qualificação. Essas lacunas de capacidade não podem ser superadas com facilidade ou rapidez. Os projetos florestais que empregam consultores de curto prazo não são uma solução, pois os secretários estaduais precisam ser apoiados por suas próprias equipes. Além das sessões formais de treinamento, os parceiros da sociedade civil também precisam transferir constantemente conhecimentos e habilidades para os colegas do governo e garantir que os funcionários públicos tenham um envolvimento significativo e liderança nas tarefas. Os intercâmbios facilitados entre as jurisdições pelos Diretores Nacionais da Força-Tarefa do GCF contribuíram de alguma forma para mitigar esse problema, proporcionando uma oportunidade valiosa para discutir desafios comuns e colaborar para encontrar soluções. Isso aconteceu em todos os países com um Diretor Nacional - **México, Brasil, Indonésia e Peru.**

02 — Para muitas jurisdições, o processo de desenvolvimento de estratégias e planos de ação foi mais importante do que o produto em si.

A ênfase na criação de um produto muitas vezes pode ofuscar a necessidade de desenvolver a capacidade do governo estadual de identificar e criar estratégias para resolver seus problemas; de planejar de forma eficaz e inclusiva; e de reconhecer que esse é um processo contínuo. Em vários casos, as estratégias não são vistas como produtos finais, mas como documentos vivos que serão atualizados à medida que as atividades e as políticas avançarem, como no exemplo da Estratégia de Desenvolvimento Integrado de Baixas Emissões de **Aceh**. Em casos como o da nova província de **Kalimantan do Norte**, foi a primeira vez que o governo realizou esse tipo de planejamento, concluindo estudos sobre salvaguardas, gênero, barreiras regulatórias, necessidades institucionais e opções para melhorar o plano de ação provincial sobre emissões de gases de efeito estufa (GHG), reduzindo as emissões do uso da terra, mudança no uso da terra e floresta (LULUCF), além de organizar uma visita de aprendizado ao Conselho Provincial de Mudanças Climáticas (DDPI) de **Kalimantan Oriental**. Isso desenvolveu uma capacidade importante para funcionários públicos e parceiros.

03

Apesar do impacto positivo e dos fundos adicionais arrecadados, muitos estados consideraram os recursos do Norway Pledge ainda muito limitados e o prazo muito curto para efetuar uma transformação real.

É necessário definir expectativas realistas e incorporar intervenções específicas em processos de desenvolvimento mais amplos. O financiamento para ações jurisdicionais por meio do VCM e dos pagamentos baseados em resultados do JREDD continua difícil de ser obtido em nível estadual (embora as transações do mercado de carbono no Brasil e no México possam mudar isso). Os doadores também precisam ser mais realistas em relação aos custos de transação e à escala de tempo do envolvimento em processos de conformidade, para garantir que o impulso gerado seja mantido com mais financiamento bilateral, bem como os relacionamentos, a confiança e a devida diligência necessários para financiar iniciativas de REDD+ de longo prazo em nível jurisdicional. Dito isso, e conforme observado acima, quase todos os estados conseguiram alavancar algum financiamento adicional com base nos subsídios de prontidão, mesmo que esses recursos ainda fossem insignificantes em relação ao que as próprias jurisdições identificaram como a real necessidade de financiamento.³ E até mesmo pequenos financiamentos se mostraram essenciais para muitas jurisdições, permitindo-lhes dar continuidade aos processos de REDD+, como no **Estado de Cross River**, na Nigéria, e em **Cavally** e **Béliér**, na Costa do Marfim.

04

As estratégias de REDD+ devem ser informadas por processos de múltiplos atores, envolvendo povos Indígenas e comunidades locais, bem como mulheres, homens e jovens.

Mas esses processos levam tempo para serem estabelecidos, exigem habilidades especializadas e são geograficamente específicos. As salvaguardas sociais, incluindo gênero, CLPI e inclusão social, exigem mais recursos e monitoramento para passar da política à prática. O envolvimento da comunidade é um processo caro que precisa ser cuidadosamente direcionado para atender às necessidades dos programas de REDD+ e, ao mesmo tempo, atender às necessidades das comunidades de serem informadas e de influenciar significativamente o projeto do programa. Em Pastaza, por exemplo, quatro das Nacionalidades Indígenas só podem ser

³ As jurisdições da Força-Tarefa do GCF identificaram e quantificaram suas ações prioritárias para o clima e as florestas na publicação "Building the New Forest Economy: Advancing Climate Action through the GCF Task Force" disponível em <https://www.gcftf.org/resource/building-the-new-forest-economy-advancing-climate-action-through-the-gcf-task-force/>; veja também os Pitchbooks desenvolvidos pelas jurisdições da Força-Tarefa do GCF na Indonésia em colaboração com o CDP, disponíveis em <https://www.gcftf.org/resource/collab-pitchbook-cdp/>

alcançadas por aeronaves leves. Em **Papua**, foi destacado que iniciar processos de CLPI e atividades relacionadas, como o mapeamento do território consuetudinário com os povos Indígenas, pode criar expectativas na comunidade que, em última análise, podem não ser atendidas pelo REDD+, e gerenciar culturalmente essas expectativas é um desafio. No **Pará**, o governo estadual não tinha inicialmente os recursos para envolver as comunidades em uma segunda rodada de consultas sobre o Plano de Bioeconomia, o que ameaçou a confiança que havia sido construída durante a fase de preparação (posteriormente, os recursos foram garantidos pelo Banco Mundial).

05

A confiança e o apoio dos governos subnacionais levam tempo para serem estabelecidos, mantidos e restabelecidos durante os inevitáveis ciclos políticos e a rotatividade dos principais funcionários públicos.

O apoio em nível de governador e o engajamento de órgãos governamentais subnacionais fortes são fatores fundamentais para efetuar mudanças nas políticas e práticas em nível florestal. Houve casos em que os governadores participaram de reuniões, assumiram compromissos e não os cumpriram. Os governadores geralmente agem localmente quando percebem que têm o apoio da comunidade internacional para a agenda. Isso é particularmente verdadeiro no caso da agenda climática e florestal. Caso contrário, a urgência em lidar com os fatores de desmatamento e degradação florestal perde espaço para questões locais concorrentes em sua jurisdição.

06

O apoio amplo e intersetorial da sociedade civil pode atenuar o impacto dos ciclos políticos.

O foco em um governador de estado e em um quadro de funcionários públicos não cria a continuidade necessária para sustentar os resultados. Entretanto, uma representação mais ampla em iniciativas florestais e climáticas por parte da academia e da sociedade civil pode atenuar os ciclos políticos. Em **Pastaza**, a parceria entre o governo e a sociedade civil por meio do Grupo Técnico e de Cooperação Provincial provou ser eficaz para alinhar o governo subnacional a uma estratégia de implementação planejada que vai além de um ciclo político e se volta para uma visão de longo prazo.

07

As intervenções podem aumentar a conscientização sobre as barreiras estruturais à igualdade de gênero e propor soluções.

Na **Indonésia**, alguns parceiros e governos observaram preocupações quanto à elaboração de mecanismos equitativos de compartilhamento de benefícios para mecanismos de financiamento do programa florestal social quando se trabalha com normas sociais e culturais tradicionais que são contrárias aos princípios de igualdade de gênero. No entanto, eles também observaram que a conscientização sobre como as normas e práticas culturais moldam as barreiras estruturais de gênero é a primeira etapa na elaboração de abordagens para superá-las de forma a contribuir para valores culturais mais equitativos e progressivos. Há exemplos disso em todo o Norway Pledge - por exemplo, em **Pastaza**, as sessões sobre "direitos das mulheres e novas masculinidades" analisaram as normas culturais que impedem a igualdade de gênero, enquanto medidas específicas abordaram a representação e a participação desiguais das mulheres Indígenas.

08

O apoio consistente às abordagens de gênero traz resultados.

Entre as rodadas de financiamento de preparação e implementação, foram feitas melhorias significativas em termos de integração da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres no projeto, na implementação e no monitoramento das atividades. Na segunda rodada, todas as cinco jurisdições aumentaram o financiamento para especialistas em gênero, envolveram representantes do governo como pontos focais e melhoraram os dados qualitativos e quantitativos. Os resultados iniciais são promissores, com mulheres e homens (inclusive mulheres rurais e Indígenas) sendo reconhecidos em leis, políticas e regulamentações (por exemplo, no **Pará**); cooperativas e fluxos de produção específicos para mulheres sendo formados (por exemplo, em **Pastaza** e **Yucatán**); e a liderança das mulheres no governo sendo promovida (por exemplo, em **Kalimantan Ocidental**).

09

O desenvolvimento de capacidade para a inclusão social registra melhorias nos resultados.

Da mesma forma que os resultados de gênero, houve melhorias significativas na adesão aos padrões sociais e ambientais desde as rodadas de preparação até as de implementação. Todas as jurisdições receberam o apoio do PNUD para incorporar uma abordagem socialmente inclusiva e para tratar das salvaguardas sociais e ambientais na fase de preparação. Na fase de implementação, todas as jurisdições incluíram fundos adicionais para esses processos, a fim de garantir que a equipe do projeto pudesse apoiar esse trabalho durante todo o ciclo de financiamento, enquanto os governos

também identificaram pontos focais de salvaguardas para trabalhar em conjunto. Todas as jurisdições identificaram riscos sociais e ambientais desde o início e desenvolveram indicadores que foram monitorados e relatados regularmente. Em **Jalisco**, a avaliação final observou que esse monitoramento regular significava que o projeto poderia ser ágil e que a equipe poderia responder rapidamente quando as metas não fossem atingidas. **Yucatán** elaborou atividades voltadas especificamente para as mulheres Indígenas a fim de garantir uma participação ativa e eficaz. No **Pará**, novas leis, regulamentos e órgãos governamentais visavam à participação de comunidades Indígenas e quilombolas.

10 — **As ações sensíveis ao gênero em nível jurisdicional podem ter um efeito multiplicador em toda a rede da Força-Tarefa do GCF.**

A Força-Tarefa do GCF adotou uma Política de Gênero global na COP27, Mulheres pelas Florestas e pelo Clima, endossada pelos governadores na Reunião Anual de 2023 em Jalisco. Em parte, isso resultou do apoio durante as fases de preparação e implementação, o que aumentou a conscientização em nível político. A implementação da política em toda a rede está sendo facilitada pela Secretaria da Força-Tarefa do GCF e pelos Diretores Nacionais.

11 — **A manutenção do apoio político em nível de governador exigirá, em última análise, recursos adicionais,**

juntamente com o desenvolvimento de alternativas viáveis de "nova economia florestal" ao desmatamento e à degradação florestal, que os políticos possam "vender" ao seu eleitorado. Mitigar a rotatividade política, garantir os recursos necessários (financeiros, humanos, técnicos) e desenvolver alternativas viáveis para o desmatamento como de costume são inegavelmente difíceis de resolver sem um financiamento consistente e de longo prazo.

12

As estratégias de engajamento do setor privado parecem essenciais para liberar financiamento para REDD+/LED.

Mas ainda são necessárias evidências de seu impacto para ajudar as jurisdições a avaliar quais parcerias público-privadas são bem-sucedidas na redução do desmatamento e da degradação florestal.

13

É fundamental incorporar estratégias nas estruturas legais e políticas do estado, incluindo o planejamento do uso da terra jurisdicional.

Essa é uma forma de atenuar a rotatividade política e, ao mesmo tempo, sinalizar a vontade política que pode ajudar a atrair recursos, inclusive de fontes nacionais.

14

Os Diretores Nacionais da Força-Tarefa do GCF desempenham um papel fundamental.

No **Brasil**, por exemplo, o Diretor de País trabalha em estreita colaboração com as secretarias estaduais de meio ambiente e com o Consórcio de Governadores da Amazônia Brasileira para garantir o foco na agenda ambiental e, ao mesmo tempo, manter o diálogo nacional com a Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+) e com o governo federal, em diferentes administrações. Essa função é particularmente complexa, pois exige o compartilhamento de informações de alto nível e o diálogo com os governadores estaduais, cujas agendas raramente oferecem espaço para sessões detalhadas e que podem estar recebendo informações contraditórias e incorretas sobre questões climáticas e florestais por meio da mídia e das redes sociais. Por outro lado, a avaliação final constatou que a falta de diretores nacionais na região da África Ocidental teve um impacto negativo nas três jurisdições (**Cavally, Bélier e Estado de Cross River**). As jurisdições não se beneficiaram do apoio adicional e da colaboração com estados ou províncias vizinhas, ao contrário de seus pares na Indonésia e na América Latina.

15

O desenvolvimento rural piloto de baixas emissões é importante, mas os futuros investimentos da Força-Tarefa do GCF precisam visar mais explicitamente os fatores de desmatamento e degradação florestal.

E demonstrar os benefícios para os produtores da mudança de suas práticas, como demonstrou o projeto de **Jalisco**.



ESTUDO DE CASO: DIANTE DOS DESAFIOS

Embora muitos desafios fossem universais, os impactos foram sentidos de forma mais intensa em jurisdições específicas, prejudicando os resultados positivos de um início promissor de preparação para REDD+. Isso pode ser atribuído a vários fatores, entre os quais a falta de recursos adicionais, prioridades concorrentes e/ou falta de apoio político.

Falta de recursos

Embora a falta de recursos tenha sido citada como um fator limitante em todas as jurisdições, alguns estados e províncias tiveram mais dificuldades do que outros para dar continuidade aos importantes processos de planejamento após o término dos subsídios de preparação. Em **Bélier**, a intervenção teve um impacto positivo na visibilidade da região e levou ao desenvolvimento de um Plano Climático Territorial com metas de redução de emissões até 2030, até o momento o único plano desse tipo produzido no país. No entanto, a implementação do plano estratégico foi paralisada sem que nenhum novo financiamento ou intervenção de restauração florestal tenha sido gerado com base no financiamento do Norway Pledge. Em **Cavally**, a falta de recursos financeiros após o Norway Pledge também foi uma barreira importante para a implementação do plano de investimento. No entanto, isso posicionou a região para inclusão em um projeto de Sistemas Alimentares, Uso da Terra e Restauração (FOLUR) financiado pelo GEF.

Prioridades concorrentes

Todas as 35 jurisdições lutaram com prioridades concorrentes, incluindo, em alguns casos, a percepção de que as agendas ambientais são inconsistentes com o desenvolvimento econômico, bem como o grave impacto da COVID-19. **Kalimantan do Norte** abriga alguns dos últimos remanescentes intactos de floresta tropical de Bornéu. Conforme observado acima, os fundos de preparação facilitaram novos processos de planejamento, incluindo o uso da terra e as salvaguardas. A província também estava trabalhando em outros processos inovadores, incluindo o primeiro mecanismo de financiamento de Transferência Fiscal Ecológica da Indonésia para recompensar os distritos pelas ações de mitigação das mudanças climáticas. No entanto, prioridades concorrentes parecem estar ameaçando essas etapas: os planos de desenvolvimento econômico da província incluem uma grande infraestrutura de transporte transfronteiriço, uma expansão significativa da extração de madeira e a conversão planejada de 12 por cento da área florestal total da província (para assentamento, instalação de usina hidrelétrica, agricultura, indústria e defesa nacional). A Provincial Forestry Agency reconhece que o desenvolvimento econômico gerou conflitos consideráveis com as comunidades florestais, incluindo os Indígenas Dayak, na província.

Diminuição do apoio político

Os programas jurisdicionais são construídos com base em uma suposição de apoio político contínuo para sustentar o tipo de intervenção de longo prazo necessária para efetuar mudanças transformadoras. A mudança administrativa é um dos motivos para a diminuição do apoio político, juntamente com as prioridades concorrentes. Em outros casos, o interesse político é simplesmente direcionado para outro lugar, como no caso do Estado de Cross River. O **Estado de Cross River** tem a maior cobertura florestal da Nigéria e um processo de REDD+ baseado na comunidade em andamento há muito tempo. O estado tem uma estratégia de REDD+ e desenvolveu um plano de investimento com custos para o período de 2021 a 2050. Desde o fim do fundo de preparação, a governança florestal do estado tem enfrentado dificuldades, com a extração ilegal desenfreada de madeira, a falta de incentivos para a silvicultura comunitária e o não cumprimento das metas de restauração florestal. A solução imediata é reconstruir o interesse político na agenda florestal e climática e melhorar a governança nos níveis mais altos do estado, especialmente na Comissão Florestal. Infelizmente, a Força-Tarefa do GCF não dispõe atualmente dos recursos para que um Diretor Nacional se envolva com o novo governador do Estado de Cross River e com os funcionários públicos seniores.

Rotatividade administrativa

Muitos funcionários públicos nomeados para ocupar cargos públicos em nível subnacional são mal remunerados e podem ser removidos a qualquer momento. De 2018 a 2023, nos nove estados da Amazônia Legal brasileira, os pontos focais do governo para o projeto regional financiado pelo Norway Pledge mudaram 17 vezes, incluindo cinco mudanças apenas no **Maranhão**. No **Peru**, os parceiros das OSCs relataram que, em média, 95 por cento dos funcionários públicos mudam a cada quatro anos com cada nova administração. Em muitos casos, os funcionários que saíam não deixavam nenhuma informação de transferência para seus sucessores, que tinham que adotar uma "abordagem arqueológica" para encontrar as informações necessárias e garantir a continuidade do trabalho. E não se trata apenas de funcionários públicos, mas também de parceiros importantes - em Pastaza, os pontos focais para as Nacionalidades Indígenas também mudavam a cada dois anos. Para superar isso, **Pastaza** disponibilizou planos e ferramentas relevantes no site da província. Na Indonésia, as províncias consideraram o Diretor Nacional da Força-Tarefa do GCF um ponto focal eficaz para introduzir novos membros e compartilhar informações.

Envolvimento com obstáculos

Cuando las jurisdicciones se enfrentan a estos retos, el Grupo de Trabajo del GCF se compromete a mantener un compromiso continuo con todos los actores de la red, independientemente de su actuación en la lucha contra la deforestación y la degradación forestal, ya que los estados de **Brasil** y otros países han demostrado que pueden cambiar de dirección en respuesta a nuevos incentivos y ciclos políticos.

Modelo de colaboração entre ONGs e estados

As parcerias entre ONGs e governos estaduais foram um dos elementos mais bem-sucedidos da abordagem da Força-Tarefa do GCF para implementar o Norway Pledge. Como o Norway Pledge estipulava que o financiamento fluiria por meio de organizações implementadoras da sociedade civil, os estados fizeram parcerias com diversas organizações da sociedade civil para realizar a iniciativa, uma colaboração que se mostrou muito eficaz. Ela permitiu a criação de sinergias em nível global, regional e estadual entre os estados, a sociedade civil, o Secretariado da Força-Tarefa do GCF, os Diretores Nacionais da Força-Tarefa do GCF e o PNUD. Essa abordagem exigiu um grande investimento na construção de relacionamentos, no pensamento e na programação conjunta. De modo geral, o envolvimento com a sociedade civil foi visto como um modelo eficaz, criando relacionamentos duradouros entre os estados e seus parceiros e melhorando a memória institucional para fazer a ponte entre as mudanças nas administrações públicas.

É importante observar que esse modelo também trazia alguns riscos. Às vezes, os parceiros agiam independentemente das jurisdições ou pareciam dominar o relacionamento. Alguns estados achavam que os parceiros viam a colaboração como uma forma de obter dinheiro de subsídios para apoiar seus próprios orçamentos operacionais. Também houve casos em que a qualidade do trabalho ficou abaixo do padrão esperado devido a lacunas de habilidades ou falta de recursos humanos no parceiro da sociedade civil. Em última análise, esses desafios foram superados pela visão geral positiva do que os parceiros trouxeram para a mesa e pelo impacto duradouro do relacionamento.

Várias jurisdições observaram que, embora algumas ONGs nacionais ou locais fossem mais fracas em termos de processos, elas trouxeram uma compreensão mais profunda do contexto, dos relacionamentos e um compromisso mais forte com ações de longo prazo na jurisdição. Esses aspectos foram enfatizados no **Brasil** e no **México**, com organizações como a Fundação Amazônia Sustentável firmemente inseridas na implementação de longo prazo, juntamente com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), órgão do estado do **Amazonas**.

Além disso, o modelo de colaboração entre ONGs e estados criou um ecossistema de organizações parceiras para dar suporte aos governos subnacionais, para se envolver com governos e processos nacionais e globais e para ajudar as jurisdições a acessar fundos adicionais. De fato, em muitos casos em que os estados ou províncias acessaram financiamento externo após a fase de preparação, foi com o apoio das mesmas ONGs parceiras. No Brasil, as ONGs parceiras têm sido fundamentais no apoio aos estados para que acessem os mercados de carbono, inclusive advogando em seu nome junto a governos nacionais e doadores para aumentar o acesso ao financiamento climático.

De modo geral, a principal lição é que o modelo de parceria ONG-estado, com o PNUD e a Força-Tarefa do GCF fornecendo supervisão e suporte técnico, foi um sucesso retumbante, embora a escolha dos parceiros e as modalidades de engajamento ainda possam ser aprimoradas em programas futuros.

Oito fatores de sucesso para ter impacto

A análise final das fases de preparação e implementação do financiamento da Força-Tarefa do GCF constatou que as jurisdições que obtiveram o maior impacto apresentaram muitos ou todos os fatores de sucesso a seguir:

01

Parcerias complementares entre a sociedade civil e a administração pública

02

Foco na compreensão dos fatores específicos de desmatamento e degradação florestal em nível subnacional

03

Construção sobre uma base de políticas e programas estabelecidos para reduzir o desmatamento e a degradação florestal

04

Desenvolvimento de uma estrutura em nível estadual antes de promover projetos de carbono florestal

05

Forte envolvimento do governador do estado na agenda climática e florestal, incluindo a participação pessoal nas ações globais da Força-Tarefa do GCF

06

Diálogo intersetorial e colaboração entre secretarias estaduais e agências de desenvolvimento regional

07

Envolvimento de secretários de estado e funcionários públicos na experimentação e inovação por meio de REDD+/LED

08

Envolvimento com níveis mais baixos de governo jurisdicional, incluindo municípios e distritos

O caminho a seguir

De modo geral, o Norway Pledge teve um projeto e uma lógica de intervenção robustos, concentrando-se na jurisdição subnacional como a unidade para efetuar mudanças e reconhecendo que o pensamento estratégico e a experimentação são essenciais para combater o desmatamento e a degradação florestal em nível global. Vários estados alcançaram uma transformação substancial no engajamento estadual com a agenda climática e florestal como resultado do financiamento direcionado.

Este relatório identifica os principais fatores de sucesso nesses processos, incluindo o apoio a estruturas e políticas em nível estadual e a promoção do diálogo entre os órgãos estaduais sobre questões climáticas e florestais, que os órgãos ambientais não podem resolver sozinhos. As funções técnicas e de convocação desempenhadas pelo PNUD e pela Força-Tarefa do GCF foram fundamentais para o sucesso geral, assim como o modelo de entrega que reuniu administrações públicas e ONGs ambientais.

A intervenção incentivou uma série de inovações e a adoção de práticas recomendadas, como começar a traduzir a inclusão social e o gênero da teoria para a prática no REDD+, desenvolver caminhos para commodities livres de desmatamento, promover uma nova economia ou bioeconomia florestal, testar colaborações entre o estado e a comunidade e parcerias público-privadas e incentivar os estados a desenvolver estruturas robustas de políticas climáticas e florestais para regular e orientar as ações em campo.

Inevitavelmente, há uma grande variação no impacto duradouro do Norway Pledge nas 35 jurisdições participantes da Força-Tarefa do GCF, desde jurisdições em que a estratégia e os planos de investimento estão sendo atualizados e formam a base da estratégia estadual sobre clima e florestas, até jurisdições em que os planos estão "engavetados" após a mudança política ou a falta de recursos para implementação.

As jurisdições estão pedindo aos doadores internacionais que continuem a direcionar o financiamento para suas aspirações climáticas e florestais. O Norway Pledge foi o primeiro e mais significativo financiamento internacional até o momento a se concentrar em jurisdições subnacionais em tal escala; a próxima etapa é ampliar esse importante programa e replicar seus sucessos.

ANEXO I: QUADRO DE IMPACTO

O quadro a seguir resume os resultados de alto nível dos fundos de preparação e implementação. Para obter mais detalhes sobre as estratégias e planos de investimento de REDD+ e LED, consulte o Anexo II.

Country	Jurisdiction	Jurisdictional strategies developed/updated	Investment plans developed	Impact on laws, policies and regulations	Readiness phase leveraged additional funding
Brazil	Acre	✓	✓	✓	✓
	Amapá		✓	✓	✓
	Amazonas	✓		✓	✓
	Maranhão	✓		✓	✓
	Mato Grosso	✓		✓	✓
	Pará	✓		✓	✓
	Rondônia	✓	✓	✓	✓
	Roraima			✓	✓
	Tocantins	✓	✓		✓

ANEXO I: QUADRO DE IMPACTO

Country	Jurisdiction	Jurisdictional strategies developed/updated	Investment plans developed	Impact on laws, policies and regulations	Readiness phase leveraged additional funding
Mexico	Campeche	✓	✓	✓	✓
	Chiapas	✓	✓	✓	✓
	Jalisco	✓	✓	✓	✓
	Oaxaca	✓		✓	✓
	Quintana Roo	✓	✓	✓	✓
	Tabasco	✓		✓	✓
	Yucatán	✓		✓	✓

ANEXO I: QUADRO DE IMPACTO

Country	Jurisdiction	Jurisdictional strategies developed/updated	Investment plans developed	Impact on laws, policies and regulations	Readiness phase leveraged additional funding
Peru	Amazonas	✓	✓	✓	✓
	Huánuco	✓	✓	✓	✓
	Loreto	✓	✓	✓	✓
	Madre de Dios	✓		✓	✓
	Piura	✓	✓	✓	
	San Martín	✓	✓	✓	✓
	Ucayali	✓	✓	✓	✓

ANEXO I: QUADRO DE IMPACTO

Country	Jurisdiction	Jurisdictional strategies developed/updated	Investment plans developed	Impact on laws, policies and regulations	Readiness phase leveraged additional funding
Colombia	Caquetá			✓	
Ecuador	Pastaza	✓		✓	✓
Nigeria	Cross River State		✓	✓	
Côte d'Ivoire	Bélier	✓		✓	
	Cavally	✓		✓	✓
Indonesia	Aceh	✓			
	Central Kalimantan	✓	✓	✓	✓
	East Kalimantan	✓	✓	✓	✓
	West Kalimantan	✓		✓	✓
	North Kalimantan	✓			
	Papua	✓			✓
	West Papua	✓	✓	✓	✓

ANEXO II: PLANOS, ESTRATÉGIAS E REGULAMENTOS REDD+/LED

O quadro a seguir lista as políticas, estratégias e leis relacionadas que se sabe terem sido desenvolvidas com o apoio do Compromisso de Noruega e seu status atual. Essa lista não é exaustiva e esses resultados não são necessariamente atribuíveis a esse financiamento, pois outros parceiros e instituições também forneceram apoio significativo durante esse período.

Country	Jurisdiction	Strategies, Plans, Laws (original language)	Status
Brazil	Acre	Plano de Agronegócios de Baixas Emissões de Carbono do Estado do Acre	Draft
		ISA Sociobiodiversidade	Approved
		ISA Regulação do Clima	Approved
		Plano Estratégico para a Piscicultura no Acre	Draft
	Amapá	Política Estadual De Clima e Incentivos aos Serviços Ambientais do Estado Do Amapá (Sistema Estadual de Clima e Incentivos aos Serviços Ambientas)	Still draft as of 2024
		Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (GIZ supported)	Approved in 2023
		Resolução CONAREDD+ nº 10 em 29 de Agosto de 2022 (making the state eligible to receive federal carbon payments).	Approved
	Amazonas	Minuta de Norma Regulamentadora do Subprograma de REDD+, do Programa de Clima e Carbono, Criado no Âmbito da Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais	Under consideration by SEMA
		Minuta de Norma Regulamentadora do Subprograma de REDD+, do Programa de Clima e Carbono, Criado no Âmbito da Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais	Draft

ANEXO II: PLANOS, ESTRATÉGIAS E REGULAMENTOS REDD+/LED

Country	Jurisdiction	Strategies, Plans, Laws (original language)	Status
Brazil	Maranhão	Política de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (REDD+), da Gestão dos Ativos Ambientais e do Pagamento por Serviços Ambientais do Estado do Maranhão, denominada de Sistema Jurisdicional de REDD+ e PSA.	Draft
	Mato Grosso	Subprograma Territórios Indígenas REM/MT	Approved
	Pará	Plano Estadual Amazônia Agora-PEAA	Approved
		Lei da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC)	Approved
		Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA)	Approved
		Decrees 254 and 343 upgrading ⁴ Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática (FPMAC) and defining FPIC rules and membership, respectively	Approved
		Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (Plan Bio)	Approved
		Plano de Recuperação da Vegetação (PRVN-PA)	Approved

⁴ To better provide for the participation of representatives of Indigenous Peoples, Quilombolas, other traditional communities and family farmers.

ANEXO II: PLANOS, ESTRATÉGIAS E REGULAMENTOS REDD+/LED

Country	Jurisdiction	Strategies, Plans, Laws (original language)	Status
Brazil	Rondônia	Estratégia Estadual de REDD+ do Estado de Rondônia	Approved
		Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais – (PGSA) e cria o Sistema Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais (SGSA) – Lei N. 4.437 de 17 de dezembro de 2018.	Approved
		Draft and regulation of the Fórum Estadual de Mudanças Climáticas (FEMC-RO).	Prepared
	Roraima	Índice de Norma de Serviços Ambientais e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento do Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Estado de Roraima	Draft
Mexico	Campeche	Planeación Municipal, Ordenamiento Ecológico y Programas Ambientales: Hacia una gestión óptima del territorio. Municipio de Campeche	Draft
		Planeación Municipal, Ordenamiento Ecológico y Programas Ambientales: Hacia una gestión óptima del territorio. Municipio de Champotón	Draft
		Planeación Municipal, Ordenamiento Ecológico y Programas Ambientales: Hacia una gestión óptima del territorio. Municipio de Hopelchén	Draft

ANEXO II: PLANOS, ESTRATÉGIAS E REGULAMENTOS REDD+/LED

Country	Jurisdiction	Strategies, Plans, Laws (original language)	Status
Mexico	Chiapas	Plan Estatal de Inversiones: Para la Acción Climática en el Desarrollo Rural Sustentable de Chiapas	Draft
		Chiapas Visión 2030	Draft
	Jalisco	Plan Estatal de Inversión Como Acción para la Implementación de la Estrategia Estatal REDD+ Jalisco	Final
		Estrategia del Estado de Jalisco para la integración de la biodiversidad en los sectores agropecuario, pesquero-acuícola y forestal	Final
	Oaxaca	IUCN y Gobierno de Oaxaca 2020. Oportunidades de restauración funcional del paisaje en el Estado de Oaxaca, México	Published
		Plan de inversión para el desarrollo rural bajo en emisiones del Estado de Oaxaca 2020	Final
	Quintana Roo	Plan de Intervención AMUSUR	Final
	Tabasco	Estrategia estatal de Reducción de Emisiones por Deforestación y Degradación Forestal de Tabasco (EEREDD+ Tabasco)	Approved
	Yucatán	Estrategia Estatal de REDD+	Awaiting publication
		Programas de Ordenamiento Ecológico Local (POEL) for 5 municipalities (Tekax, Tzucacab, Oxkutzcab, Santa Elena y Muna)	Draft

ANEXO II: PLANOS, ESTRATÉGIAS E REGULAMENTOS REDD+/LED

Country	Jurisdiction	Strategies, Plans, Laws (original language)	Status
Peru	Amazonas	Estrategia Regional de Desarrollo Rural Bajo en Emisiones Región Amazonas	Approved
		Plan de Inversión	Approved
	Huánuco	Estrategia Regional de Desarrollo Rural Bajo en Emisiones de Huánuco	Approved
		Plan de Inversión	Approved
	Loreto	Estrategia Regional de Desarrollo Rural Bajo en Emisiones de Loreto	Approved
		Plan de Inversión	Approved
	Madre de Dios	Estrategia Regional de Desarrollo Rural Bajo en Emisiones de Madre de Dios – Nuestra Tierra	Approved
	Piura	Estrategia Regional de Desarrollo Rural Bajo en Emisiones de Piura	Approved
		Plan de Inversión	Approved
	San Martín	Estrategia Regional de Desarrollo Rural Bajo en Emisiones de San Martín	Approved
		Plan de Inversión	Approved
	Ucayali	Estrategia Regional de Desarrollo Rural Bajo en Emisiones de Ucayali	Approved
		Plan de Inversión	Approved

ANEXO II: PLANOS, ESTRATÉGIAS E REGULAMENTOS REDD+/LED

Country	Jurisdiction	Strategies, Plans, Laws (original language)	Status
Colombia	Caquetá	La Guía de orientaciones y recomendaciones para las administraciones municipales de Caquetá para incluir los lineamientos de cero deforestación y adaptación al Cambio Climático en el Ordenamiento en el marco de la Sentencia 4360 de 2018” (to support municipios to comply with the regulation / sentencia)	Published
		Decree 00135 adopting the “Lineamientos Estratégicos de Política Pública para el Desarrollo Rural Sustentable del Caquetá” (2019)	Approved
Ecuador	Pastaza	Plan de Implementación y Acciones REDD+ de Pastaza	Approved
		Acuerdo Ministerial 056 (Ministerio de Ambiente y Agua del Ecuador, Autoridad Nacional REDD+)	Approved
		Updating of the ‘Ordenanza de creación del AEDSPP’ (Área Ecológica de Desarrollo Sostenible Provincial de Pastaza)	In progress
Nigeria	Cross River State	Cross River State REDD+ Investment Plan: 2021 – 2050 investment period	Approved
Côte d’Ivoire	Bélier	Plan Stratégique Régionale de Restauration de Paysages Forestiers dans la Région de Bélier	Approved
		Plan Climat Territorial	Approved
	Cavally	Plan Stratégique de Production Agricole Zéro-déforestation de la Région de Cavally	Approved

ANEXO II: PLANOS, ESTRATÉGIAS E REGULAMENTOS REDD+/LED

Country	Jurisdiction	Strategies, Plans, Laws (original language)	Status
Indonesia	Aceh	Integrated Low Emission Development Strategy in Aceh (ILEDSA – Strategi Terpadu Pembangunan Rendah Emisi Aceh)	Final
	Central Kalimantan	REDD+ Strategy Seruyan District	Final
	East Kalimantan	Regional Regulation on Sustainable Plantation Development (Perda Pembangunan Perkebunan Berkelanjutan)	Approved
		Governor's Regulation on Recognition and Protection of Indigenous Peoples (Peraturan Gubernur tentang Pengakuan dan Perlindungan Masyarakat Hukum Adat)	Approved
		Regional Regulations on Climate Change Adaptation and Mitigation	Approved
	West Kalimantan	Mekanisme Pembagian Manfaat Dalam Kegiatan Pengurangan Emisi Dari Deforestasi Dan Degradasi Hutan Provinsi Kalimantan Barat	Final
		Penetapan Target Penurunan Emisi Dari Deforestasi Dan Degradasi Hutan Pada Kabupaten / Kota Se - Kalimantan Barat Tahun 2020 – 2030	Signed
		Perlindungan Dan Pengelolaan Ekosistem Gambut dan Mangrove	Final
		Pengelolaan Hutan Jangka Panjang di Kabupaten Kubu Raya oleh KPH Kubu Raya periode 2019-2028	Signed
		Mekanisme Penyaluran Dan Pengelolaan Dana Lingkungan Hidup Provinsi Kalimantan Barat	Final

ANEXO II: PLANOS, ESTRATÉGIAS E REGULAMENTOS REDD+/LED

Country	Jurisdiction	Strategies, Plans, Laws (original language)	Status
Indonesia	West Papua	REDD+ Strategy: The Province of West Papua	Approved
		Special regional regulation (Peraturan Daerah Khusus) of West Papua province No.10 of 2019, defining a development pathway that integrates all aspects and institutions that enhance the process of sustainable livelihood development)	Approved

ANEXO III: SUBSÍDIOS PARA A FASE DE PREPARAÇÃO

O quadro a seguir lista as 35 jurisdições da Força Tarefa do GCF que receberam financiamento para a fase de preparação, incluindo o título do projeto e o valor total do subsídio em dólares americanos.

Country	Jurisdiction	CSO Partner	Value (US\$)	Project title <i>(Translated from Spanish / Portuguese / French)</i>
Indonesia	Aceh	Fauna & Flora International	399,962	<i>An Integrated Low Emission Development Strategy for Aceh</i>
	Central Kalimantan	EII	391,314	<i>An overarching strategy for low-emission development in Central Kalimantan</i>
	East Kalimantan	TNC	325,000	<i>Mobilizing resources and building capacity for the implementation of emission reduction efforts in East Kalimantan</i>
	North Kalimantan	TNC	350,000	<i>Technical support to the implementation of low carbon development in North Kalimantan</i>
	West Kalimantan	IDH	400,000	<i>Strengthening strategy and capacity of West Kalimantan province to support national target and jurisdictional approach in reducing carbon emissions from deforestation and degradation</i>
	Papua	IDH	350,000	<i>Building Robust Jurisdictional Strategies and Investment Plans to Reduce Deforestation and Promote Low Emissions Development in Papua</i>
	West Papua	EII	337,219	<i>A strategy for green and inclusive growth in West Papua</i>

ANEXO III: SUBSÍDIOS PARA A FASE DE PREPARAÇÃO

Country	Jurisdiction	CSO Partner	Value (US\$)	Project title <i>(Translated from Spanish / Portuguese / French)</i>
Mexico	Campeche	TNC	364,421	<i>Collaboration for the implementation of the state REDD+ strategy in Campeche</i>
	Chiapas	TNC	351,950	<i>State investment plan. Transitioning towards sustainability: A resilient and low emissions Chiapas</i>
	Jalisco	TNC	359,339	<i>State investment plan: strengthening the implementation of REDD+ in Jalisco</i>
	Oaxaca	IUCN	386,882	<i>Investment plan for low emissions rural development in the state of Oaxaca</i>
	Quintana Roo	TNC	371,350	<i>Building technical and financial capacity to a jurisdictional REDD+ strategy in Quintana Roo</i>
	Tabasco	CI	202,819	<i>Building consensus for a REDD+ strategy in the state of Tabasco</i>
	Yucatán	TNC	377,120	<i>Strengthening the implementation of the REDD+ strategy and investment plan in Yucatán</i>

ANEXO III: SUBSÍDIOS PARA A FASE DE PREPARAÇÃO

Country	Jurisdiction	CSO Partner	Value (US\$)	Project title <i>(Translated from Spanish / Portuguese / French)</i>
Colombia	Caquetá	EII	399,148	<i>Investment plan to Support the low emissions development strategy in Caquetá: A productive, sustainable and peaceful territory</i>
Ecuador	Pastaza	NCI	398,035	<i>Developing an implementation plan for REDD+ actions and measures in the province of Pastaza</i>
Peru	Amazonas	EII	389,996	<i>Planning low emission rural development: participatory design for a strategy and investment plan to promote low emissions rural development and reduce deforestation in the region of Amazonas</i>
	Huánuco	EII	389,889	<i>Planning low emission rural development: participatory design for a strategy and investment plan to promote low emissions rural development and reduce deforestation in the region of Huánuco</i>
	Loreto	EII	399,284	<i>Participatory design of a strategy and plan to promote low emissions rural development and reduce deforestation in the region of Loreto: preserving forests and benefiting the population</i>
	Madre de Dios	WWF	200,000	<i>Participatory Development of a jurisdictional strategy and investment plan for low emissions rural development: reducing deforestation, strengthening leadership of the regional government of Madre de Dios</i>

ANEXO III: SUBSÍDIOS PARA A FASE DE PREPARAÇÃO

Country	Jurisdiction	CSO Partner	Value (US\$)	Project title <i>(Translated from Spanish / Portuguese / French)</i>
Peru	Piura	EII	389,140	<i>Planning low emission rural development: participatory design for a strategy and investment plan to promote low emissions rural development and reduce deforestation in the region of Piura</i>
	San Martin	EII	389,301	<i>Building an investment plan to promote low emissions rural development in the region of San Martín with a focus on production, protection, and inclusion</i>
	Ucayali	EII	389,996	<i>Building and promoting low emissions rural development in the region of Ucayali with a focus on production, protection, and inclusion</i>
Brazil	Acre	EII	388,250	<i>Strengthening the SISA in Acre: improving its programs and valuing the assets and financial sustainability of a low emissions economy</i>
	Amapá	CI	398,401	<i>Forests for climate: a jurisdictional REDD+ and environmental services system in Amapá</i>
	Amazonas	FAS	372,425	<i>Regulation and Implementation of the State Environmental Services Law of Amazonas, Brazil</i>
	Maranhão	IPAM	400,000	<i>Valuing environmental assets in Maranhão: a jurisdictional REDD+ system</i>
	Mato Grosso	ICV	399,448	<i>Valuing the forests of Mato Grosso</i>
	Pará	TNC	400,000	<i>Structuring a transition to a low carbon economy in Pará</i>

ANEXO III: SUBSÍDIOS PARA A FASE DE PREPARAÇÃO

Country	Jurisdiction	CSO Partner	Value (US\$)	Project title <i>(Translated from Spanish / Portuguese / French)</i>
Brazil	Rondônia	BVRio	365,109	<i>Climate government for the state of Rondônia</i>
	Roraima	IPAM	400,000	<i>Roraima for the planet: developing a jurisdictional REDD+ system</i>
	Tocantins	IDESAM	372,120	<i>Sustainable country – implementing a sustainable product strategy in Tocantins</i>
Côte d'Ivoire	Bélier	UNDP	150,000	<i>Development of a strategic plan for sustainable agricultural production and restoration of forest landscapes in the regions of Bélier and Cavally</i>
	Cavally	UNDP	150,000	<i>Development of a strategic plan for sustainable agricultural production and restoration of forest landscapes in the regions of Bélier and Cavally</i>
Nigeria	Cross River State	UNDP	399,710	<i>Implementation of REDD+ in Cross River State</i>

ANEXO IV: SUBSÍDIOS DA FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

Country	Jurisdiction	NGO Partner	Value (US\$)	Project title <i>(Translated from Spanish / Portuguese / French)</i>
Brazil	Pará	TNC	1,200,000	<i>Preparing a Carbon-neutral Sustainable Territory</i>
Ecuador	Pastaza	NCI	914,892	<i>Joint implementation between the Provincial Government and the Indigenous Nationalities of Pastaza, to reduce deforestation and conserve the Province's natural ecosystems</i>
Indonesia	West Kalimantan	IDH	1,426,491	<i>Jurisdictional Model Implementation in Kubu Raya towards Subnational Contribution for REDD+ and National NDCs</i>
Mexico	Jalisco	FONNOR	849,998	<i>Deforestation-free meat in free-grazing systems: a model for production and commercialization in Jalisco</i>
	Yucatán	WWF	614,883	<i>Actions to implement the State REDD+ Strategy (EEREDD+) in the State of Yucatán for public-private investments into sustainable rural development: sustainable enterprises in Mayan maize, apiculture, as well as biocultural and innovative PES.</i>
			TOTAL: 5,506,264	